



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **MENSAGEM N.º 734, DE 2022**

**(Do Poder Executivo)**

Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Portarias que outorgam autorização, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos: - TVR 218/2022 - Portaria nº 35, de 06 de fevereiro de 2014 - Associação Rádio Cultura de Goiás, no município de Itumbiara - GO; - TVR 219/2022 - Portaria nº 468, de 06 de novembro de 2014 - Associação Comunitária de Comunicação Feliz Deserto, no município de Feliz Deserto - AL; - TVR 220/2022 - Portaria nº 6.209, de 13 de novembro de 2015 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, no município de Jacobina - BA; - TVR 221/2022 - Portaria nº 2.321, de 02 de maio de 2018 - Associação dos Comunicadores de Rádio Pró-Cultura de Feiticeiro, no município de Jaguaribe - CE; - TVR 222/2022 - Portaria nº 7.411, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural e Comunitária A Voz da Cidade, no município de Andaraí - BA; - TVR 223/2022 - Portaria nº 1.094, de 16 de outubro de 2020 - Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II, no município de Serraria - PB; - TVR 224/2022 - Portaria nº 1.766, de 17 de fevereiro de 2021 - Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida de Chapadinha, no município de Chapadinha - MA; - TVR 225/2022 - Portaria nº 2.769, de 01 de junho de 2021 - Associação Rádio Comunitária Kativa FM, no município de Balsas - MA.

**DESPACHO:**

TRANSFORMADA EM: TVR-218/2022, TVR-219/2022, TVR-220/2022, TVR-221/2022, TVR-222/2022, TVR-223/2022, TVR-224/2022 E TVR-225/2022

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR)

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Portarias que outorgam autorização, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 35, de 6 de fevereiro de 2014 - Associação Rádio Cultura de Goiás, no município de Itumbiara - GO;
2. Portaria nº 468, de 6 de novembro de 2014 - Associação Comunitária de Comunicação Feliz deserto, no município de Feliz Deserto - AL;
3. Portaria nº 6.209, de 13 de novembro de 2015 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, no município de Jacobina - BA;
4. Portaria nº 2.321, de 2 de maio de 2018 - Associação dos Comunicadores de Rádio Pró-Cultura de Feiticeiro, no município de Jaguaribe - CE;
5. Portaria nº 7.411, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural e Comunitária A Voz da Cidade, no município de Andaraí - BA.
6. Portaria nº 1.094, de 16 de outubro de 2020 - Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II, no município de Serraria - PB;
7. Portaria nº 1.766, de 17 de fevereiro de 2021 - Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida de Chapadinha, no município de Chapadinha - MA; e
8. Portaria nº 2.769, de 1º de junho de 2021 - Associação Rádio Comunitária Kativa FM, no município de Balsas - MA.

Brasília, 26 de dezembro de 2022.

26.02				02
CNES	HOSPITAL MUNICIPAL DR WALDEMAR TEBALDI - FUNDACAO	Nº lotes		
2038790	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMERICA DO SUL - FUNDACAO ANHEB - CNAS	05		
26.02				
CNES	HOSPITAL MUNICIPAL DE DIADAMA - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADAMA - FUNDACAO	Nº lotes		
2080028	HOSPITAL MUNICIPAL DE DIADAMA - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADAMA - FUNDACAO	06		
26.02				

Art. 2º Fica habilitado o número de leitos das Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) dos hospitais a seguir relacionados:

CNES	HOSPITAL	Nº leitos
2071568	HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORACAO INCOR SAO PAULO - HOSPITAL	03
26.11		
CNES	HOSPITAL	Nº leitos
2078015	HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORACAO INCOR SAO PAULO - HOSPITAL	40
26.11		

CNES	HOSPITAL	Nº leitos
2077485	HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP - SPDM ASSO- CIACAO	
26.11	POLICLINICA PARA O MEDICIN- NA - SAO PAULO OSP	17

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
24	33000.0037778/2002	Associação Comunitária e Cultural de Caramuru do Sul	Caramuru do Sul/PR
25	33000.0037778/2002	Associação Cultural e Social de Awa Caramuru do Sul	Caramuru do Sul/PR
26	33000.0036912/2001	Associação Cultural e Esportiva de São José do Ribão	São José do Ribão/PR
27	33000.0036912/2001	Associação Cultural e Esportiva de São José do Ribão	São José do Ribão/PR
28	33000.0036912/2001	Associação Comunitária de Awa de Porto Esportivo	Porto Esportivo/MT
29	33000.0036912/2001	Associação Comunitária de Awa de Porto Esportivo	Porto Esportivo/MT
30	33000.0036912/2001	Associação Comunitária de Awa de Porto Esportivo	Porto Esportivo/MT
31	33000.0036912/2001	Associação Comunitária de Awa de Porto Esportivo	Porto Esportivo/MT
32	33000.0036912/2001	Associação Comunitária de Awa de Porto Esportivo	Porto Esportivo/MT
33	33000.0036912/2001	Associação Comunitária de Awa de Porto Esportivo	Porto Esportivo/MT
34	33000.0036912/2001	Associação Comunitária de Awa de Porto Esportivo	Porto Esportivo/MT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interactividade.html>, pelo código 00012014021100033

CNES	HOSPITAL	Nº lotes
2080028	HOSPITAL MUNICIPAL DE DIADAMA - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADAMA - FUNDACAO	06
26.10		

Art. 3º As referidas unidades poderão ser subiniciadas a avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS) e, no caso de desatendimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de sua habilitação.

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

PORTARIA Nº 2, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Coordenadores Distritais de Saúde Indígena, para praticar os seguintes atos de gestão organizacional e financeira das Unidades Gestoras dos Distritos Especiais Indígenas:

- I - emitir Notas e Cédulas de Empenho bem como as respectivas Notas de Empenho, em nome dos Municípios, atribuídos ou cedidos à Secretaria Especial da Saúde Indígena;
- II - ordenar a realização de despesas e conceder suprimento de fundos, observada a legislação em vigor;
- III - conceder dilação na forma das normas legais e regulamentares pertinentes, em objeto de serviços, pesquisas e transporte por qualificação;
- IV - receber bens imóveis e móveis, transferidos de outros órgãos/entidades, inclusive em doação, mediante recursos de convênio celebrado com Estados, Distrito Federal ou Municípios;
- Art. 2º Nos casos de impedimentos legais e eventuais, do Coordenador Distrital, os atos previstos serão exercidos por seu substituto eventual;
- Art. 3º Os atos previstos no inciso I do art. 1º serão praticados em conjunto com Chefe do Serviço de Organização e Finanças e nos seus impedimentos por seu substituto eventual;
- Art. 4º Revogam-se a Portaria nº 33, publicada no DDOU nº 99, Seção I, pag. 126, de 24/05/2013, e as Portarias nele relacionadas;
- Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ALVES DE SOUZA

13	33000.0036912/2001	Associação Cultural e Esportiva de São José do Ribão	Associação Cultural e Esportiva de São José do Ribão	Humberto de Sá
14	33000.0036912/2001	Associação Cultural e Esportiva de São José do Ribão	Associação Cultural e Esportiva de São José do Ribão	Humberto de Sá
15	33000.0036912/2001	Associação Cultural e Esportiva de São José do Ribão	Associação Cultural e Esportiva de São José do Ribão	Humberto de Sá

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 6 de fevereiro de 2014

PAULO BERNARDO SILVA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no Parecer nº 1482/2013/GBA/CGE/CONJUR-MC/AGU, constante do processo 33000.002040/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária de Televisão no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, 11 e 20 transmissões do Aéreo de Habilitação nº 17, de 9 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 12 de dezembro de 2011, republicado em 10 de fevereiro de 2012, e redigida o seu objeto a JET RÁDIOFONIA S.A. e a TELEVISÃO SÓL BAIVA DE TEIXEIRA DE FREITAS S.A., respectivamente, de acordo com o resultado final constante do Anexo.

ANEXO

PROponente	TIPO	LOCALIDADE DE EMISSÃO, ESTADO DO PAÍS	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO
JET RÁDIOFONIA S.A.	III	Florianópolis, SC	Habilitado	1º Lugar
TELEVISÃO SÓL BAIVA DE TEIXEIRA DE FREITAS	III	Florianópolis, SC	Habilitado	2º Lugar
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO	III	Florianópolis, SC	Habilitado	3º Lugar
TELEVISÃO SÓL BAIVA DE TEIXEIRA DE FREITAS	III	Florianópolis, SC	Habilitado	4º Lugar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em julho de 2007, do Conselho Nacional de Tráfego - CONTRAN, que dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antirruído, nos veículos novos produzidos e vendidos no Brasil, nacionais e importados.

Considerando a Portaria nº 902 de 8 de novembro de 2011, do Departamento Nacional de Tráfego - DENATRAN, que define as características do processo de certificação e homologação para o sistema antirruído obrigatório, a ser instalado em veículos novos que sejam licenciados no Brasil, e para os provedores de serviços de monitoramento e localização;

Considerando o que consta no Processo administrativo nº 80000.047792/2013-48, resolve:

Art. 1º Homologar as soluções da empresa FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA/SP conforme tabela constante do Anexo desta Portaria, para a instalação do Sistema Antirruído Obrigatório de que trata a Resolução CONTRAN nº 245/07.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COTRIM DUARTE

ANEXO

MORVAN

Tabela das soluções homologadas  
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.

Equipamento	Código do Equipamento	Marca	Modelo	Velocidade	Código
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	259 KX	317907
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324120
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324121
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324122
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324123
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324124
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324125
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324126
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324127
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324128
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324129
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324130
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324131
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324132
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324133
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324134
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324135
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324136
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324137
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324138
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324139
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324140
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324141
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324142
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324143
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324144
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324145
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324146
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324147
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324148
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324149
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324150
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324151
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324152
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324153
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324154
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324155
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324156
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324157
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324158
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324159
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324160
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324161
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324162
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324163
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324164
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324165
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324166
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324167
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324168
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324169
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324170
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324171
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324172
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324173
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324174
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324175
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324176
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324177
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324178
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324179
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324180
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324181
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324182
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324183
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324184
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324185
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324186
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324187
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324188
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324189
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324190
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324191
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324192
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324193
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324194
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324195
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324196
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324197
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324198
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324199
Antirruído	FC3V71	Ford	CARCO	262 AT	324200

(\*) Republicada por ter sido, no DDOU de 10-2-2014, Seção I, pag. 41, com incorreção no original.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.023661/2010-50, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Cultura de Goiás, inscrita no CNPJ sob nº 12.448.418/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itumbiara/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9,612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2725/2013/CGRC/DEAA/SCE-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 1576/2013/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 35, de 06 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 11/02/2014.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Considerando o disposto na Resolução CONTRAN nº 429, de 05 de novembro de 2012, com as alterações promovidas pelas Resoluções CONTRAN nº 434, de 23 de junho de 2013 e 447, de 23 de julho de 2013;

Considerando a necessidade de adequação do Sistema RENAVAM de forma a implementar as disposições contidas na Resolução CONTRAN nº 429, de 2012;

Considerando o que consta do processo administrativo nº 80000/017052/2010-34, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 12-A da Resolução CONTRAN nº 429, de 05 de dezembro de 2012, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 447, de 23 de julho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## Ministério das Comunicações

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 468, DE 6 DE NOVENBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 12-A da Resolução CONTRAN nº 429, de 05 de dezembro de 2012, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 447, de 23 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000/021334/2013, resolve:

Art. 1º **Deserger autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIOAMADORES FELIZ DESERTO**, com sede à Praça Duque de Caxias, s/n, Centro, na cidade de Feliz Deserto, estado de Alagoas, para exercer o Serviço de Rádio Amador Comunitário, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização registrada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÕES DE 7 DE NOVENBRO 2014

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regulamento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimentos para Apreciação de Descumprimento de Obrigações (Pado) relacionados:

Nº do Processo	Responsável	CPF/CNPJ	Enquadramento Legal	Decisão Final (R\$)
53304.011783/2011	Associação Comunitária de Comunicação de Barreiros	03.096.025/0001-29	Art. 78 e 82 do Regulamento Aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 800,00
53304.004436/2013	Roberto José de Lima	807.823.534-87	Art. 4º e 55, inciso IV, alínea "a", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2472/2001, art. 10	Multa 4.010,08
53304.017488/2011	Prefeitura Municipal de Aqueça do Piraia	44.831.333/0001-43	Art. 163 da Lei nº 9472/1997 e art. 13 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 1.291,33
53304.018338/2011	Amazônia Comunicações Ltda	04.262.433/0001-77	Art. 163 da Lei nº 9472/1997 e art. 13 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 2.100,00
53304.009876/2013	Alex Cesar Farias da Silva	222.952.818-23	Art. 163 da Lei nº 9472/1997, Art. 4º e 55, inciso V, alínea "a", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2472/2001	Multa 3.510,08
53304.004712/2012	GE Network Provedor de Internet Ltda	10.414.424/0001-70	Art. 55, inciso "a", alínea "a", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 500,00
53304.024653/2011	Associação Rádio Comunitária Castilho FM	02.634.424/0001-33	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001, item 18.1.3 da Norma nº 1/2004 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 1.000,00
53304.607423/2011	Valter de Almeida Andrade	158.709.848-23	Art. 4º e 55, inciso IV, alínea "a", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2472/2001	Multa 4.830,00
53304.023847/2011	ME	11.324.257/0001-15	Art. 131 da Lei nº 9472/1997	Multa 3.311,09
53304.023510/2011	Rede Valparaíso de Radiodifusão Ita	43.018.126/0001-04	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001, item 5.2.1.1, 6.4.1 e 7.1.4	Multa 6.000,00
53304.008490/2011	Rede Independente de São José do Rio Preto	61.413.092/0001-26	Art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3371/2005	Multa 1.820,00
53304.010690/2012	TV Omega Ltda	10.883.686/0001-60	Art. 131 da Lei nº 9472/1997, art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3371/2005	Multa 3.010,08
53304.008166/2011	ME	02.131.338/0001-60	Art. 163 da Lei nº 9472/1997 e art. 13 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 6.000,00
53304.024387/2011	Rádio Monumental de Aparecida Ltda	49.997.703/0001-25	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001, item 6.1.3 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 4.800,00
53304.015490/2011	Telefonia Independente de São José do Rio Preto Ltda	61.413.092/0001-26	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001, item 6.1.3 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 1.050,00
53304.008710/2012	Condomínio Residencial Vida Plena Ribeirão Lda	14.848.165/0001-27	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001, item 6.1.3 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 881,01
53304.009646/2012	C.G.M. Prestação de Serviços Ltda	61.153.283/0001-11	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001, item 6.1.3 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 600,00
53304.004390/2009	Companhia Liturgaz S/A	61.602.189/0194-84	Art. 180 da Lei nº 9472/1997	Multa 881,01
53304.003424/2009	Associação Cultural Comunitária de Piratini	46.997.011/0001-99	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 600,00
53304.004146/2009	Sam Lider Rádio Regional Ltda	50.833.761/0001-91	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999 e item 34 do art. 122 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 2.400,00
53304.003381/2010	Rádio Clube Marconi Ltda	02.861.634/0001-60	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999 e item 34 do art. 122 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 1.959,18
53304.003264/2009	Associação Comunitária 2000 FM	51.885.242/0001-44	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999 e item 34 do art. 122 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 2.400,00
53304.003201/2010	Prefeitura Municipal de Campinas	02.654.424/0001-33	Art. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999 e item 34 do art. 122 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 2359/2001	Multa 400,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/ataxwebcds.html>. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Educação  
JOSÉ ANTÔNIO SILVEIRO  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
LEONARDO BURELLI GRIP COTTA  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
RUDOLF DE NORONHA  
Ministério do Meio Ambiente  
PAULO ROBERTO VANDERLEI KIBELLO FILHO  
Ministério das Cidades

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

### ATO Nº 10.013, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 53500/017851/2008. Art. 1º Aprovar a posteriori a transferência de controle da BDNET SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. ME, CNPJ/MF nº 09.501.414/0001-79, realizada por meio de sua 1ª Alteração Contratual.

Art. 2º A aprovação de que trata o artigo anterior não exime a requerente do cumprimento de obrigações junto a outras entidades.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAICORRI  
Superintendente

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.021334/2013-14, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação Feliz Deserto, inscrita no CNPJ sob nº 17.908.623/0001-60, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Feliz Deserto/AL, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1121/2014/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 28/2014/SEI-MC, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria nº 468, de 06 de Novembro de 2014, publicada no DOU de 19/12/2014.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Jacobina, estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentose obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ  
FIGUEIREDO

ANDRÉ FIGUEIREDO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



1. Encaminho ao Senhor o Processo Administrativo nº 53000.005304/2012-71, que tratou do procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Jacobina, estado da Bahia, por meio do canal 290E, constante do Aviso de Habilitação nº 16, de 07/12/2011, publicado no Diário Oficial da União de 08/12/2011, cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, CNPJ nº 35.025.014/0001-44, por intermédio do Despacho de Homologação nº 1.933, de 13/11/2015, publicado no Diário Oficial da União de 11/01/2016, em conformidade com a Portaria nº 6.209, de 13/11/2015, publicada no Diário Oficial da União de 11/01/2016.

2. Após a publicação da Portaria nº 6.209, de 13/11/2015, publicada no Diário Oficial da União de 11/01/2016, que outorgou permissão ao Instituto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Jacobina, estado da Bahia, foi encaminhada, em razão da EM nº 00014/2017 MCTIC, de 12 de janeiro de 2017, a Mensagem nº 632, de 12 de novembro de 2018, aos membros do Congresso Nacional, para apreciação do ato de outorga, em atenção ao § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

3. Com o retorno dos autos a este Ministério, foi encaminhada, por equívoco, nova Exposição de Motivos, EM nº 00253/2021 MCOM, de 15 de setembro de 2021, submetendo à apreciação dos Membros do Congresso Nacional, novos atos de outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, dentre elas a Portaria nº 6.209, que já havia sido encaminhada anteriormente pela Mensagem nº 632.

4. Deste modo, a fim de se evitar duplicidade, faz-se necessário o encaminhamento da presente Exposição de Motivos à Presidência da República, para que seja enviada nova Mensagem ao Congresso Nacional, de modo a se retirar o ato a que se refere especificamente à EM nº 00253/2021 MCOM, tendo em vista que a Portaria nº 6.209 já foi encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem do Presidente da República nº 632, de 12/11/2018 e já tramita na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados com o PDL 312/2019.

Respeitosamente,

MSC 734/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD  
Página 8 de 18

- CE, com sede à Rua Joaquim Távora, nº 48, Bairro Felicidade, na localidade de JAGUARIIBE/CE, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 89,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.011959/2016-69, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação dos Comunicadores de Rádio Pró-Cultura de Feiticeiro, inscrita no CNPJ sob nº 08.826.784/0001-13, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaribe/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 26396/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 01375/2017/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 2321, de 02 de Maio de 2018, publicada no DOU de 07/05/2018.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 734/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD  
Página 10 de 18

Praça do Rosário nº 50 - Centro, na localidade de Anápolis / BA, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.014020/2013-57, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Comunitária a Voz da Cidade, inscrita no CNPJ sob nº 17.490.999/0001-05, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Andaraí/ BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3137/2016/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 00988/2017/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7411, de 16 de Janeiro de 2018, publicada no DOU de 19/01/2018.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 734/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD  
Página 12 de 18

executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Serraia, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



1. Encaminho o Processo nº 53900.039838/2015-09, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II, inscrita no CNPJ nº 02.486.671/0001-30, explore pelo prazo de dez anos a partir de 6 de outubro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Serraria, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11929/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 1094, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 05/11/2020.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 734/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD  
Página 14 de 18

Baixão, na localidade de Chapadinha, Estado do Maranhão, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.060626/2018-23, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida de Chapadinha, inscrita no CNPJ sob nº 04.976.867/0001-38, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Chapadinha/MA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2787/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00027/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 1766, de 17 de fevereiro de 2021, publicada no DOU de 7 de maio de 2021.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor

MSC 734/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD  
Página 16 de 18

24.563,170/0001-42, cuja sede se situa na Rua 29 nº 08, Bairro São Félix, na localidade de Balsas, Estado do Maranhão, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 292, cuja frequência é de 106,3 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.023984/2016-95, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA KATIVA FM, inscrita no CNPJ sob nº 24.563.170/0001-42, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Balsas/MA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1583/2020/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 2769, de 1º de Junho de 2021, publicada no DOU de 7 de julho de 2021.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor

Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que outorgam autorização, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 35 e 468, de 2014; 6.209, de 2015; 2.321 e 7.411, de 2018; 1.094, de 2020; e 1.766 e 2.769, de 2021.

20

Atenciosamente,

**LUIZ EDUARDO RAMOS**  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 27/12/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 3839076 e o código CRC 1AF93390 no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.021334/2013-14

SUPER nº 3839076

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**FIM DO DOCUMENTO**